
O factor traição¹

Aleksandr Zinóviev²

Março de 1999

Um dos mais importantes factores que condicionaram a derrocada do comunismo soviético (russo) foi o factor traição. Talvez tenha sido a primeira vez na história que este factor não só foi tido em conta com antecipação por aqueles que dirigiram a destruição do comunismo russo, mas também planeado antecipadamente e desenvolvido numa enorme escala como factor do processo evolutivo. Merece assim atenção enquanto uma das características da história programada e dirigida.

O conceito de traição

Aparentemente a traição é algo evidente. Mas apenas «aparentemente» e apenas nos casos mais simples e habituais. Um indivíduo tornou-se espião de outro país – é um traidor. Passou-se para o lado do inimigo na guerra – é um traidor. Porém, mesmo nestes casos, os critérios de avaliação ou são indefinidos ou são com frequência desrespeitados. Por exemplo, o traidor do general Vlássov³ foi transformado num herói na luta ideológica contra o stalinismo. E representantes comprovados da «quinta coluna» do Ocidente na União Soviética e na Rússia vivem em total impunidade na terra russa e até prosperam, entrando para as camadas superiores da sociedade russa e chegando aos postos cimeiros do poder de Estado. Decerto que não existe qualquer evidência quando se trata de grupos de indivíduos, de grandes comunidades e povos inteiros, e também quando se verificam condutas individuais, que comportam um grande número de acções em condições complexas e inconstantes. Além disso, o carácter das acções individuais e os critérios da sua avaliação alteram-se com o tempo. No que respeita à evolução da traição, a humanidade percorreu um longo caminho desde as formas primitivas e evidentes de traição individual até às formas massivas, subtis e dissimuladas. Tudo isto deve ser tido em atenção para se definir cientificamente o conceito deste fenómeno.

É preciso distinguir a abordagem jurídico-moral da abordagem sociológica do problema da traição. A primeira é suficiente no que toca às acções individuais em situações simples. A segunda é necessária para a compreensão do comportamento de grandes multidões, massas e associações de indivíduos em processos históricos complexos. Foi precisamente isto que aconteceu nos anos da preparação, concretização e consolidação dos resultados do golpe contra-revolucionário na União Soviética.

O caso mais simples de traição está na relação entre dois indivíduos. Nesta relação, o destino de um indivíduo depende do outro de modo substancial. O primeiro confia no segundo, convencido de que este cumprirá as suas obrigações em relação a si. O segundo tem determinadas obrigações em relação ao primeiro, tem consciência dessas obrigações, sabe que o primeiro confia nele e que conta com ele nesta relação. Esta relação pode ser selada com uma palavra, uma promessa, um juramento, pela tradição, costumes, opinião pública, normas morais, leis jurídicas. Se o segundo indivíduo não cumpre as suas obrigações, diz-se que é uma «traição»: o segundo trai o primeiro.

Os casos mais complexos de traição ocorrem quando os parceiros são um indivíduo e um grupo de indivíduos, grupos de indivíduos de ambos os lados, uma associação de muitos indivíduos, grandes massas de indivíduos, povos inteiros e países. Por exemplo, na relação entre o governo e a população de um país, entre os líderes de um partido e os demais membros, entre um partido e a classe que representa, etc. Um caso singular é quando um indivíduo, um grupo de indivíduos ou uma associação de indivíduos em geral, se trai a si próprio. Mas também neste caso ocorre um desdobramento: o indivíduo ou a associação de indivíduos age em sentidos diversos ou em períodos diferentes. Por exemplo, um indivíduo pode trair os seus princípios de vida em prol de quaisquer outros objectivos ou pode cometer involuntariamente actos que contribuem para se trair a si próprio (num período diferente ou numa relação diferente). De modo análogo é possível que associações de indivíduos se traiam a si próprias.

Numa outra perspectiva, a situação de traição complica-se ao se levar em conta o terceiro componente: o inimigo (o indivíduo, grupo, ou grande associação) a favor do qual se comete traição, que provoca a traição, a facilita e utiliza. O exemplo clássico é um cidadão trair o seu país a favor de outro país hostil.

Numa terceira perspectiva, a situação complica-se devido à multiplicidade de participantes na relação de traição, aumento do número de acções que no seu conjunto representam um comportamento de traição, diversidade destas acções, a sua extensão no tempo, etc. Exemplo disto é o governo de um país conduzir uma política de traição, em relação ao seu próprio país, a favor de outro país hostil. Entre as acções deste governo pode haver algumas que isoladamente não constituem actos de traição, mas o seu conjunto configura uma traição.

Quem é responsável pela traição? Nos casos mais simples de traições individuais isto é evidente: é o próprio indivíduo que cometeu a traição. Aqui a aplicação de critérios morais e jurídicos não levanta dificuldades. Mas como avaliar se os participantes numa dada situação formarem uma grande associação de indivíduos? Por exemplo, a rendição de um exército inteiro, como

aconteceu na guerra de 1941-45. Se o comando ordenar a deposição de armas e os soldados cumprirem a ordem, estes são traidores ou não? Como qualificar a conduta de um comando que decide que o combate é inútil? Há situações em que os indivíduos não estão em condições de honrar o seu juramento. Aqui surgem dificuldades na avaliação da sua conduta. Mas quando se trata de um país inteiro e do seu governo, a situação torna-se incomensuravelmente mais complexa. Aqui não há critérios universais de avaliação. As normas morais e jurídicas, na prática, perdem sentido. De qualquer modo, não existe um código de normas estabelecidas e reconhecidas universalmente para estes casos. Aqui pesam a opinião pública, as considerações políticas, as tradições.

A traição pode ser consciente e inconsciente, premeditada e não premeditada. Em todas as traições importantes e complexas, nas quais participam muitos indivíduos e se compõem de muitas acções num intervalo de tempo dilatado, podemos detectar quer actos conscientes e premeditados quer actos inconscientes e não premeditados, bem como em graus diferenciados e em diversas combinações. Isto dificulta a avaliação do fenómeno no seu todo, sobretudo se não tivermos critérios suficientemente rigorosos e o desejo de compreender o fenómeno com objectividade. A maioria das traições refere-se a fenómenos deste tipo. O mais frequente é não serem consideradas traições, não serem punidas ou serem-no brandamente, e não pesam na consciência dos traidores. Não se trata aqui de uma degradação moral (apesar de isso também ocorrer), mas do surgimento de situações concretas de vida às quais não se aplicam as normas jurídicas e morais.

Para que o comportamento dos indivíduos seja considerado como traição é preciso que haja outras pessoas acima ou independentes deles nessa relação específica. Para punir os indivíduos por traição é preciso que outros tenham força e justificação para o fazer. Se não houver tais juízes ou punidores, a traição não será denunciada publicamente nem punida. Com frequência, a traição das pessoas poderosas altamente colocadas não é punida nem considerada como tal.

A maior traição da história

A traição é um fenómeno muito comum tanto na vida pessoal dos indivíduos como nos processos históricos. Ela constitui um factor que age permanentemente na existência da humanidade. O progresso da humanidade é contraditório e, no que se refere à traição, revelou-se não ser manifestamente a favor da fidelidade, da lealdade, da fiabilidade. Neste sentido, o pináculo do progresso da humanidade foi a traição que ocorreu na União Soviética e na Rússia, com a ascensão de Gorbatchov⁴ ao mais alto poder de Estado, e se concluiu com a contra-revolução de 1991-93, encarnada por Élt sine.⁵

Lembro que emprego a palavra «traição» no sentido sociológico, enquanto conceito científico. Pergunta-se, porque não utilizar outro termo, uma vez que a palavra traição está carregada com um sentido jurídico-moral? Insisto no entanto em manter esta palavra na medida em que neste caso o conceito científico constitui a explicação (demonstração e precisão) do uso intuitivo deste termo. Tem uma carga semântica jurídico-moral. E então? Recordemos a conduta da direcção do partido e do Estado, liderada por Gorbatchov e Élt sine, dos funcionários do

aparelho partidário e dos milhões de membros do partido, que juraram fidelidade ao partido, ao país, aos ideais do comunismo, etc., mas que faltaram ao seu juramento e destruíram o regime social soviético, o sistema de poder soviético, o partido, os ideais do comunismo, etc., sob ordens e com os aplausos dos inimigos. Nenhum artifício verbal poderá justificar esta conduta de traição, traição tanto no sentido moral como, em grande parte, no sentido jurídico.

A traição de que falamos constitui um entrelaçamento extraordinariamente complexo de um imenso número de acções diversificadas de um enorme número de pessoas. Além de que se entrelaça com o complexo processo histórico da vida do país, que é parte da vida da humanidade. A sua estrutura é complexa em muitas dimensões. Tem, nomeadamente, uma estrutura hierárquica vertical: a clique de Gorbatchov trai a parte restante da alta direcção do partido, a última trai todo o aparelho partidário, o aparelho partidário trai todo o sistema de poder e o partido, todos traem os aliados do bloco soviético, o bloco soviético trai a parte da humanidade que contava com o seu apoio. De forma análoga, as outras dimensões têm igualmente uma estrutura complexa. Como é evidente não se pode aplicar a esta epidemia social o uso intuitivo da palavra. Precisamos de meios específicos de conhecimento para mentalmente isolarmos e analisarmos este fenómeno social grandioso. Para tal é preciso realizar uma investigação sociológica aprofundada. O que proponho aqui é apenas o primeiro passo aproximado nessa direcção.

A traição que analisamos não decorreu de modo algum das leis sociais do regime soviético (o comunismo real), não foi natural nem inevitável. Podia não ter existido. Constituiu um resultado de uma confluência única de circunstâncias históricas.

No entanto, não foi ocasional, na medida em que foi preparada por todo o curso da história soviética e pelo propósito dos senhores do mundo ocidental de aliciar parte do povo soviético para o campo da traição; este propósito encontrou aqui terreno fértil.

A seguir examinaremos alguns (apenas alguns) componentes e marcos do processo de preparação desta traição fatal no período soviético da história russa.

O período de Stáline

Começemos pela orgia das denúncias iniciada nos anos 30. A denúncia não é em si uma traição. Mas em determinadas condições torna-se uma escola e uma forma (meio) de traição. A denúncia é um fenómeno humano e não uma especificidade soviética e comunista. Floresceu quer na Rússia pré-revolução, quer na França de Napoleão, quer ainda na Alemanha hitleriana. No Ocidente surgiu como fenómeno social ao mesmo tempo que o cristianismo (recordemo-nos de Judas). Na história multi-secular do cristianismo teve um papel não menos importante que na curta história do comunismo russo (recordemo-nos da inquisição e da utilização da confissão). Na história soviética, as denúncias tiveram um enorme papel, mas os anos 30 e 40 foram tempos de verdadeiro excesso. Tornaram-se um dos meios mais importantes de controlo do país.

A relação para com as denúncias era dupla. Por um lado, considerava-se que se tratava de um fenómeno imoral. Eram vistas como traição por atingirem pessoas próximas (familiares, amigos, colegas, camaradas). Por outro lado, eram

estimuladas e inculcadas artificialmente numa escala massiva a partir de cima. Aos denunciadores sugeria-se que cumpriam um dever sagrado perante o país, o povo, o partido, os ideais do comunismo. E, desejassem-no ou não as autoridades, o sistema de denúncia massiva tornou-se para milhões de pessoas uma escola de traição organizada pelo Estado. A traição foi subtraída da esfera das normas morais e jurídicas.

Chamo a atenção do leitor para o facto de que, nesta orgia de denúncias, os principais informadores não pertencerem aos quadros dos órgãos de segurança do Estado (que não eram assim muito numerosos), mas serem voluntários entusiastas benévolos, que enviavam inúmeras denúncias aos órgãos de poder e aos meios de informação de massas, faziam denúncias abertas sob a forma de intervenções em todo o tipo de reuniões e sob a forma de publicações (livros e artigos), – denúncias públicas.

Todo o país se transformou numa arena de denúncias. Sendo que a traição em relação aos amigos, familiares, camaradas e colegas de trabalho se tornou um elemento habitual das denúncias.

As denúncias de que vimos falando foram um fenómeno de massas, mas era realizado por cada pessoa individualmente. Esta epidemia de traições individuais decorria em simultâneo com traições colectivas.

A vida dos soviéticos era repleta de todo o tipo de reuniões. Isto significava crítica e autocritica, desmascaramento e censura das insuficiências e dos responsáveis por elas, tomada de decisões que censuravam os membros do colectivo, etc. Hoje é difícil imaginar o que se passava a este respeito nos órgãos de poder e de administração, nas organizações artísticas, nos estabelecimentos de ensino, etc. Os «*pogroms*» colectivos de colegas isentavam de responsabilidades individuais cada membro do colectivo. A fidelidade à palavra e à amizade, a honra, a fiabilidade e demais qualidades semelhantes de uma pessoa honesta tornaram-se fenómenos excepcionais, desvantajosos e até mesmo perigosos para a pessoa. No caso de traição colectiva, os membros do colectivo não se sentiam nem eram vistos como traidores. A responsabilidade recaía sobre aqueles que dirigiam o colectivo. E estes eram isentados pelo facto de cumprirem directivas de cima.

À luz do que aconteceu na Rússia depois de 1985, é preciso, na minha opinião, rever a avaliação das repressões stalinistas nos anos 30. Naturalmente que houve exageros, muitos inocentes foram vitimados e que todo o tipo de canalhas esfregaram as mãos de contentes com isto. Todavia esses exageros decorriam da própria realidade. A construção do novo regime social fazia-se na luta entre forças diferentes. Esta luta gerou a divisão das pessoas em campos adversários. Pela própria lógica da luta, os opositores à política stalinista eram atirados para o campo do adversário e enveredavam pela traição.

Mas as repressões stalinistas, atalhando a actividade de verdadeiros e potenciais traidores, criavam também as condições para o surgimento de futuros traidores. Em geral, toda a actividade do poder soviético de criação e consolidação do novo regime social forjava em simultâneo futuros traidores desse regime. Ainda por cima em grande quantidade. Não nos esqueçamos que os maiores traidores soviéticos (Gorbatchov, Iákovlev,⁶ Élt sine e muitos outros) fizeram a escola da traição no Komsomol e no partido no período de Stáline.

No começo da guerra de 1941-45, unidades militares operacionais e até exércitos inteiros renderam-se ao inimigo. Porquê? Os anti-soviéticos e anticomunistas «explicaram» isto com o ódio ao regime social soviético (ao comunismo).

Naturalmente que esse motivo existiu, mas apenas para uma parte ínfima das pessoas. Eu tentei explicar isto pelo facto de a massa dos soldados não ter possibilidades de lutar individualmente contra os inimigos. Em parte isto é verdade, mas apenas em parte. Eu próprio fui testemunha de situações em que era possível combater os alemães e, no entanto, unidades inteiras renderam-se voluntariamente mesmo sem ordens do comando superior. Daí que a decisão de Stáline de introduzir destacamentos especiais de barragem na retaguarda das unidades pouco fiáveis constituiu uma medida defensiva absolutamente correcta. Os soldados soviéticos começaram a combater com coragem e abnegação quando se viram numa situação em que a recusa de combater os ameaçava de morte.

Mas então qual foi a razão? Penso que a qualidade do material humano teve aqui um papel. Povos diferentes têm tendências diferentes para a traição. Entre nós, russos, esta tendência é bastante forte. O servilismo russo, a adulação, a submissão perante a força, o camaleonismo, etc., convertiam-se naturalmente em traição em condições correspondentes. E o heroísmo?! Os marinheiros, a divisão de Panfilov,⁷ a defesa de Brest? Uma coisa não exclui a outra. Para cada marinheiro houve milhares de cobardes, comodistas, parasitas. Vencemos a guerra, mas o principal factor da vitória foi, na minha opinião, o regime social soviético e a direcção stalinista. Foi graças a eles que precisamente o mesmo material humano se tornou no factor mais importante da vitória. A direcção stalinista manteve-se fiel ao país e aos ideais do comunismo. Declarou a mais impiedosa guerra contra quaisquer fenómenos de traição. Pensemos no que teria acontecido se a direcção stalinista titubeasse e enveredasse pela traição? Obviamente que teríamos sido aniquilados logo em 1941. Este exemplo mostra com eloquência que para explicar fenómenos sociais tão grandiosos como a traição, que aqui examinamos, é preciso ter em consideração todo o conjunto de factores na sua interacção e não esses factores em si, sob um ponto de vista unilateral. A tendência dos soviéticos para a traição foi assinalada pelos organizadores da «guerra-fria» desde o seu início (1946). Na mesma altura concluíram (com razão) que não era possível vencer os russos numa «guerra quente». E quando surgiram condições favoráveis para isso, no início dos anos 80, penso eu, apostaram na traição como o factor mais importante da «guerra-fria».

O khruchovismo

A época stalinista terminou com a *destalinização* khruchoviana. Abordo apenas um aspecto relacionado com o nosso tema, ao qual quase ninguém prestou atenção: milhões de stalinistas, com o próprio Khruchov⁸ à cabeça (que foi um lacaio stalinista), num relâmpago traíram o seu líder Stáline e transformaram-se em activistas anti-stalinistas. Não me lembro de nenhum caso naqueles anos em que alguém tenha manifestado publicamente fidelidade a Stáline e ao stalinismo. Toda a *destalinização* em geral decorreu como uma traição em massa, cuja iniciativa partiu das altas instâncias do poder e na qual foi envolvida quase a totalidade da população activa. Ela constituiu uma espécie de ensaio da fatal traição geral que 30

anos mais tarde ocorrerá por iniciativa da direcção gorbatchoviana e depois eltsiana.

A traição khruchoviana apenas tocou alguns aspectos da sociedade soviética, deixando intacto o seu regime social. E por isso não foi fatal. Além de que, ao ultrapassar todos os limites, Khruchov foi travado e afastado do poder. Mas a sua acção revelou a vulnerabilidade moral e ideológica da sociedade soviética e a potência devastadora do sistema de poder soviético ao cair nas mãos de idiotas e aventureiros. Com uma rapidez fulgurante, a epidemia de traição em relação ao stalinismo, desencadeada intencionalmente desde altas instâncias de poder, tornou-se massiva, geral. As massas populares demonstraram uma particular submissão ao poder quando o poder abrandou as exigências para com elas, necessárias para conservar a sua organização social, ou seja, quando começou a aliviar a tensão do combate histórico pelo comunismo. E tudo isto foi notado e tomado em consideração pelo organizadores ocidentais da «guerra-fria».

Os anos de Bréjnev

Nos anos de Bréjnev, a epidemia de traição gerada por Khruchov foi travada e abafada. Mas o vírus desta doença não foi completamente destruído. E começou a multiplicar-se rapidamente, contaminando o organismo social através uma multiplicidade de canais. O principal canal foi a fronda da *intelligentsia* liberal, o movimento dos dissidentes, a «*samizdat*»,⁹ a «*tamizdat*», a vaga de emigração. É preciso ter sempre presente que o nosso país tinha um inimigo poderoso – o mundo ocidental – e que está em curso a «guerra-fria». Os nossos traidores internos eram formados, apoiados e pagos por este inimigo, e guiavam-se por ele. Se este não existisse, fosse mais fraco ou menos activo, tal epidemia de traição não teria existido. Teriam conseguido preveni-la.

Os serviços ocidentais envolvidos na «guerra-fria» apostavam conscientemente na traição. Tinham nos seus quadros pessoas qualificadas e bem informadas. Conheciam as traições nos anos de Stáline. Conheciam a capitulação de milhões de soldados no início da guerra de 1941-45. Conheciam a *destalinização* precisamente sob o ponto de vista da traição em massa. Os serviços ocidentais definiram claramente como objectivo a criação de uma «quinta coluna» na União Soviética. Tinham desenvolvido toda uma tecnologia para este trabalho. Um dos procedimentos, por exemplo, era a selecção de personalidades destacadas, sobretudo nos domínios da ciência, cultura e ideologia. Estas personalidades eram contrapostas à restante massa dos seus colegas e camaradas de trabalho. Os meios de informação de massas ocidentais exaltavam-nos, enquanto os demais eram humilhados e transformados em objecto de troça. As suas obras eram publicadas no Ocidente, recebiam convites para viajar e pagavam-lhes grandes somas de dinheiro. Por força da lógica das relações mútuas internas, os primeiros transformava-se, voluntária ou involuntariamente, em traidores, despertando nos outros sentimentos de inveja e o espírito de traição. Penso que o desejo de retirar aos dissidentes e críticos do regime a glória mundial, a inveja em relação a eles, desempenhou um papel importante na transformação de Gorbatchov num traidor histórico. Os dissidentes tinham publicidade no Ocidente e na propaganda contra a União Soviética, beneficiavam de campanhas em sua defesa, bem como de meios

materiais. Chegaram a ser feitas pressões políticas e económicas sobre as autoridades soviéticas. Aos emigrantes eram dados empregos previamente preparados e bons ordenados. Incentivava-se também o nacionalismo. Foram criados centros especiais e organizações nacionalistas. Em suma, foi feito um paciente trabalho ao longo de muitos anos para contaminar a sociedade soviética com o vírus do anti-sovietismo e do anticomunismo e preparar massivamente a população para uma traição de dimensões históricas.

A apologia da traição

Toda a evolução desta traição de que falamos confluiu para a traição de Gorbatchov e de Élt sine. A novidade aqui foi que a traição se concretizou enquanto componente da operação de diversão do Ocidente que poria fim à «guerra-fria». Gorbatchov, como líder do partido e do Estado, deu o exemplo e a avalanche já preparada de traição arrasou o país.

Sobre quem recai a responsabilidade por isso? De modo evidente, a responsabilidade recai sobre as altas instâncias de poder lideradas por Gorbatchov.

Quais são os critérios de uma tal avaliação? Para avaliarmos como traição a conduta das altas instâncias de poder ou refutarmos tal avaliação precisamos, em primeiro lugar, de ter em conta o dever do Poder em relação à população sob a sua governação. Este dever consiste em conservar e consolidar o regime criado, defender a integralidade do território, defender e consolidar a soberania do país, em todos os aspectos da sua organização social (sistema de poder, direito, economia, ideologia e cultura), garantir a segurança pessoal dos cidadãos, defender o sistema de instrução e educação, os direitos sociais e cívicos, resumindo, tudo o que tinha sido alcançado durante os anos da União Soviética e que se tornou no modo habitual de vida da população. As autoridades sabiam disto. A população estava convencida de que as autoridades cumpririam o seu dever e confiava nelas. Será que as autoridades cumpriram o seu dever ou não? E se não porquê? Em segundo lugar é preciso esclarecer se o poder soviético agiu autonomamente ou foi manipulado a partir de fora, se a sua acção foi planeada por alguém fora do país ou não, se o Poder agiu em prol dos interesses dessa força externa ou não? A realidade da história soviética depois de 1985 é tal que a avaliação da acção do poder soviético como traição em relação à população sob a sua alçada não suscita qualquer tipo de dúvida a um observador objectivo. Estamos perante um exemplo clássico evidente de uma conduta de traição. Esta avaliação nunca foi feita por qualquer autoridade porque não existia e não existe tal autoridade. As forças externas, que manipularam o poder soviético, incentivaram premeditadamente a traição, representando-a falsamente na propaganda como uma forma de bem, e internamente não surgiram forças capazes de denunciar a traição das autoridades e agir em relação a elas como é suposto agir em relação aos traidores.

A traição passou despercebida e impunemente porque os seus promotores e dirigentes envolveram na situação de traição muitos milhões de soviéticos, «afundando» a sua traição pessoal na traição em massa e eximindo-se assim das suas próprias responsabilidades.

A população ou se tornou cúmplice e instrumento de traição ou ficou passiva (indiferente a ela). A maioria não compreendeu o que tinha acontecido. E quando

começou a compreender alguma coisa, a traição já estava consumada. A circunstância de o povo soviético ter carregado o pesado fardo da sua missão histórica também teve aqui o seu papel. Estava cansado. Viu o golpe contra-revolucionário como a libertação desse fardo histórico e apoiou o golpe ou, pelo menos, não se lhe opôs, sem pensar nas consequências que tal libertação teria. Nessa altura, não passava pela cabeça de ninguém que o povo soviético, alijando o fardo da sua missão histórica, capitularia sem combate ante o inimigo e cometeria traição para consigo próprio.

Naturalmente que o regime social do nosso país teve um papel no comportamento da população. O sistema de poder estava organizado de tal modo que as massas populares estavam totalmente privadas de iniciativa político-social. Esta era monopólio exclusivo das autoridades. E no quadro do poder, a iniciativa estava concentrada nas altas instâncias e apenas numa medida ínfima se repartia pelos seus degraus hierárquicos. A população foi habituada a confiar inteiramente nas autoridades. E, dentro do poder, esta confiança era focalizada para as altas instâncias. Não passava pela cabeça das pessoas que as altas instâncias pudessem enveredar pela traição. Deste modo, quando o processo de traição começou, a população viu-o como uma iniciativa das autoridades e a faceta da traição passou despercebida.

A ideologia deu o seu contributo para a preparação da traição. Como é sabido, um dos princípios da ideologia soviética era o internacionalismo. Por um lado, este princípio transformou-se em cosmopolitismo¹⁰ para uma parte significativa da população, essencialmente a parte mais educada, próspera e não russa. As tentativas de Stáline de lutar contra o cosmopolitismo saldaram-se num fracasso. Por outro lado, o internacionalismo contribuiu para que a maior parte dos cidadãos de origem russa se encontrasse numa situação lamentável. A política de nacionalidades das autoridades revelou-se ser na prática anti-russa, realizava-se em grande medida à custa dos russos, o que conduziu à destruição ou pelo menos à diminuição da consciência nacional dos russos – conduziu à sua «desnacionalização». E isto, por sua vez, conduziu a que o povo russo se revelasse indiferente face à traição dos dissidentes, emigrantes, altos dirigentes, personalidades da cultura (na sua maioria não russos) e outras categorias de cidadãos alinhados pelo cosmopolitismo.

Terá esta traição desempenhado um papel decisivo na derrocada do sistema social soviético e do país no seu conjunto? Se entendermos a palavra «decisivo» no sentido em que se não tivesse havido esta traição, o regime social soviético e a própria União Soviética teriam sobrevivido e o país teria evitado a catástrofe, então, o mais certo, é que se pode responder afirmativamente à questão colocada. A probabilidade de um tal desfecho da «guerra-fria» aumentou pelo facto de, na última etapa desta guerra, a estratégia ocidental ser construída, quase a 100 por cento, a contar precisamente com esta traição. A contra-revolução soviética (russa) tomou precisamente a forma histórica concreta da traição, uma traição tecida a partir de fora pelo inimigo, organizada pela elite governante e ideológica do país, apoiada pela parte socialmente activa da população e sem oposição da restante massa passiva que capitulou sem combate.

A traição de Gorbachov-Éltsine constitui a maior traição da história da humanidade segundo todos os principais parâmetros: pela composição das pessoas nela envolvidas, pela sua dimensão de massas, pelo grau de consciência e

premeditação, pelo conteúdo concreto histórico, pelo nível social, pelas consequências para muitos países e povos, pelo seu papel na evolução de toda a humanidade. Assim, se a nós russos nos roubaram o direito ao papel de descobridores do novo caminho comunista de desenvolvimento da humanidade, pelo menos deviam reconhecer-nos como campeões em matéria de traição. Mas receio que mesmo neste aspecto seremos remetidos para o nível de marionetas nas operações globais dos senhores do mundo ocidental (a super sociedade global), e que os líderes da nossa traição histórica sem precedentes, Gorbatchov e Élt sine, serão descritos pela história como intelectuais cretinos e canalhas morais, como de resto merecem. O horror da nossa tragédia é redobrado pelo facto de ela ter acontecido não de uma forma heróica, elevada, sacrificada, mas de modo espúrio, cobarde, interesseiro, humilhante e vil. Saímos da arena histórica para a obscuridade sem termos travado um feroz combate pela vida, digno de um grande povo, como é regra na tragédia antiga, mas beijando os pés que nos pisavam e as mãos do inimigo desalmado que nos encorajava na nossa bajulice e nos atirava esmolas miseráveis. A nossa tragédia não tem precedentes também pela sua ignomínia.

¹ Extracto do livro *A Queda do Comunismo Russo*, Tsentroligraf, Moscovo, 2001. (N. Ed.)

² **Zinóviev**, Aleksandr Aleksándrovitch (1922-2006), filósofo, sociólogo, publicista, com vasta obra publicada. Doutorado em Ciências Filosóficas pela Universidade Estatal de Moscovo, seguiu a carreira académica, chegando a dirigir a cátedra de Filosofia (1965-67). Em 1976, após a publicação na Suécia de um romance seu, é expulso da URSS. Faleceu em 10 de Maio de 2006, com 84 anos, em Moscovo, onde vivia após ter regressado à Rússia na década de 90. Na fase final da sua vida tornou-se um defensor da União Soviética reconhecendo as vantagens do sistema socialista. (N. Ed.)

³ **Vlássov**, Andréi Andréievitch (1901-1946), membro do partido desde 1930. Comandante de Divisão de Atiradores, esteve na China como conselheiro militar (1938-39). Major-general (1940) é nomeado em 1941 comandante do corpo mecanizado da região militar de Kiev. Em Março de 1942 é nomeado vice-comandante da Frente de Volkhovski e logo a seguir enviado como comandante do 2.º Exército de Choque que estava envolvido em duros combates de defesa. Sitiadas pelos alemães, uma parte das suas tropas consegue furar o cerco e juntar-se a outras unidades. Vlássov abandona os seus homens e entrega-se aos nazis com quem passa a colaborar, vindo mais tarde a criar o Exército Libertador da Rússia (POA), a organização militar dos colaboracionistas. (N. Ed.)

⁴ **Gorbatchov**, Mikhail Serguéievitch (1931), membro do PCUS desde 1952, do CC desde 1971, do *Politburo* desde 1980 (candidato desde 1979), torna-se secretário-geral do PCUS em 1985. Tendo começado a trabalhar como operador de máquinas agrícolas, licencia-se em Direito na Universidade de Moscovo, em 1955, e mais tarde, em 1966, no Instituto de Agronomia de Strávopol. Funcionário do *Komsomol* (1955), ocupa sucessivos cargos no partido até se tornar primeiro-secretário do *Krai* de Strávopol (1970). Secretário do CC do PCUS (1978-1985), acumula com as funções de secretário-geral os cargos de presidente do *Presidium* do Soviete Supremo da URSS (1988-89), presidente do Soviete Supremo da URSS (1989-90) e presidente da URSS, desde Março de 1990 até à dissolução da União Soviética em 25 de Dezembro de 1991. (N. Ed.)

⁵ **Élt sine**, Borís Nikoláievitch (1931-2007), membro do PCUS desde 1961, do CC desde 1981, candidato do *Politburo* (1986-88), secretário do CC (1985-86). Após terminar o

Instituto Politécnico do Ural, trabalha na construção civil tornando-se engenheiro principal (1963) e chefe do combinado de construção de habitações de Sverdlovsk (1965). Secretário (1975) e primeiro-secretário (1976-85) do Comité do *Oblast* de Sverdlovsk do PCUS, dirige a Secção de Construção do CC do PCUS (1985) e é eleito primeiro-secretário do Comité da Cidade de Moscovo (1985). Em 1987 é exonerado dos cargos políticos, após ter criticado no plenário de Outubro a linha do partido. Eleito presidente do Soviete Supremo da RSFSR (1990-1991), abandona o PCUS no XVIII congresso (Junho de 1990), tornando-se presidente da Federação Russa (1991-1999). (N. Ed.)

⁶ **Iákovlev**, Aleksandr (1923–2005) responsável a partir de 1985 pelo departamento de propaganda do PCUS, torna-se membro do CC do PCUS em 1986, responsável pelas questões da ideologia, informação e cultura. Sobe ao *Politburo* em Junho de 1986 e é sob proposta sua que são nomeados os directores dos principais jornais e revistas do país que passam a defender abertamente posições anti-socialistas (os jornais *Moskovskie Novosti*, *Sovietskaja Kultura*, *Izvestia*; as revistas *Ogoniok*, *Znamia*, *Novi Mir*, entre outros. Promoveu a publicação de uma série de romances de escritores dissidentes e anti-soviéticos, bem como a exibição de cerca de 30 filmes antes proibidos. Em Agosto de 1991 anunciou a decisão de abandonar o PCUS. (N. Ed.)

⁷ **Panfilov**, Ivan Vassílovitch (1892-1941), membro do partido desde 1920. Oficial militar, major-general (1940), Herói da União Soviética (póstumo, 1942), comandou a Divisão 316 de Atiradores, que combateu heroicamente na batalha de Moscovo. Morreu em combate em 19 Novembro de 1941. (N. Ed.)

⁸ **Khruchov**, Nikita Serguéievitch (1894-1971), membro do partido desde 1918, do CC (1934-1964), do *Politburo/Presidium* do CC (1939-1964), primeiro-secretário do CC do PCUS (1953-1964), presidente do Conselho de Ministros (1958-1964). Em 1929 ingressa na Academia Industrial de Moscovo. Torna-se primeiro-secretário do Comité de Moscovo (1935), secretário do CC do partido da Ucrânia (1938-1947). Durante a II Guerra foi membro dos conselhos militares do Sudoeste, de Stalingrado, do Sul e de Varónej. Tenente-general (1943) e presidente do Conselho de Comissários do Povo da Ucrânia entre 1944 e 1947 (Conselho de Ministros a partir de 1946). Em Dezembro de 1949 é eleito secretário do CC e primeiro-secretário do Comité de Moscovo. Após a morte de Stáline, torna-se primeiro-secretário do CC (1953-64) e em simultâneo presidente do Conselho de Ministros da URSS (1958-64). Em 14 de Outubro de 1964 é exonerado de todos os cargos no partido e no Estado. Foi o promotor do célebre «relatório secreto», por si lido ao XX Congresso, o qual constituiu um verdadeiro golpe de Estado, abrindo caminho ao revisionismo precursor da *perestroika*, que veio a destruir a URSS e a restaurar o capitalismo. (N. Ed.)

⁹ «Samizdat» e «tamkizdat», assim eram designadas as edições de literatura proibida, em território da URSS (clandestinamente) e no estrangeiro, respectivamente. (N. Ed.)

¹⁰ O cosmopolitismo é aqui referido com a ideologia da cidadania mundial, que coloca os alegados interesses da humanidade acima dos interesses das nações ou dos estados, na qual os habitantes da Terra não conhecem fronteiras ou pátria, tão pouco classes ou luta de classes, como na famigerada «Aldeia Global» propagada por Gorbatchov durante a *perestroika*. (N. Ed.)